

LUÍS PAIS ANTUNES, SÓCIO E LÍDER DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS PLMJ

# “As reformas da justiça, laboral e fiscal são ‘never ending stories’”

**O advogado e novo líder da PLMJ afirma que as recentes reformas da Justiça são positivas, embora considere que ainda é cedo para balanços. E além do mais, afirma, neste sector, como nas áreas laboral e fiscal, a realidade encarrega-se de dizer que as reformas não acabam.**

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

O advogado e antigo governante Luís Pais Antunes, considera que a economia portuguesa está a evoluir no bom sentido, embora alerte que “não estamos a caminho do Olimpo” e que a situação “ainda tem riscos”. Na primeira entrevista enquanto líder da sociedade PLMJ, fala dessa sua nova realidade, das relações da advocacia com o Estado, de “mitos urbanos” e de reformas, como a da Justiça, sobre a qual diz ser ainda cedo para falar de resultados.

**Que percepção tem, face aos contactos que mantém com os clientes, sobre o modo como está a evoluir a nossa economia?**

Há claramente uma evolução da nossa economia no bom sentido. Não podemos manifestamente comparar a realidade que temos hoje com a de 2012, princípios de 2013, em que estávamos numa profunda depressão. Portugal ficou como que esvaziado, ninguém nos batia à porta. O ano de 2014 foi claramente de inversão e os primeiros seis meses de 2015 confirmam claramente essa tendência.

**Essa é uma realidade que ainda não chegou à economia real, ao bolso dos portugueses.**

Não estamos a caminho do Olimpo, longe disso, a situação ainda tem riscos. A própria situação económica na Europa tem tido algumas dificuldades. Fora da Europa há também alguns desafios que são conhecidos.

Mas desse ponto de vista, há sectores que são sinalizadores do maior dinamismo do mercado, como o do imobiliário ou o das fusões e aquisições. Depois há também alguns nichos que começam a desenvolver-se, como o direito fiscal ou a área do “compliance”. Há cada vez mais exigências do ponto de vista do “compliance”.

**Essa maior exigência quanto ao bom funcionamento das organizações é reflectida pelos clientes nos serviços jurídicos que pedem e nos preços que estão dispostos a pagar? Isso sentiu-se na PLMJ?**

Sim e não. A situação económica deteriorou-se, os meios económicos eram outros e a pressão da procura foi no sentido de baixar os custos. Isso não significa que as empresas não estejam disponíveis para pagar o mesmo ou até mais. Querem é um resultado mais rápido e mais eficiente.

**E o trabalho pedido pelo Estado, decresceu?**

Essa matéria das relações entre o

Estado e os advogados é uma espécie de “mito urbano”.

**Um “mito urbano”?**

Temos muito gosto em trabalhar com entidades públicas nacionais ou estrangeiras, e isso acontece, mas não é ao ponto de corresponder a essa ideia altamente romanceada de que as sociedades de advogados vivem penduradas do Estado. Então nos últimos anos, com os constrangimentos financeiros que teve, pura e simplesmente não tinham condições de o fazer.

**O secretário-geral do PS defende o fim do “outsourcing” do Estado aos escritórios de advogados. O que pensa dessa ideia?**

É uma daquelas propostas típicas de campanha eleitoral. Acho irrealizável. O Estado hoje em dia, em Portugal e na generalidade dos países, não tem competências técnicas que lhe permitam tratar dos assuntos com elevado grau de especialização. Fazer “outsourcing” quando se tem

pessoas com as qualificações e as capacidades para prestar esse serviço, do ponto de vista da gestão é uma catástrofe. Fazer “outsourcing” em vez de gastar para ter uma estrutura a que se recorre de quando em vez, isso é uma gestão inteligente.

**O funcionamento da Justiça tem sido visto como um entrave ao investimento estrangeiro em Portugal. O feed-back que tem dos clientes continua a ser esse?**

Claramente não está tudo na mesma. Do ponto de vista da reforma dos tribunais e da reforma dos processos acho que as medidas tomadas são positivas, mas é cedo para aferir resultados. Em sentido figurado, a Justiça é como um petroleiro. Fazer manobras arriscadas e apressadas num petroleiro dá sempre maus resultados. Só para fazer inversão de marcha, um petroleiro precisa de 10 horas.

**As reformas que foram feitas não surtirão efeito tão cedo?**

Na Justiça, a reforma é ambiciosa e nalguns casos terá ficado aquém do que era necessário. As reformas da justiça, laboral e fiscal são “never ending stories” [histórias que nunca acabam]. São processos que vão ter que estar sempre a ser adaptados à realidade.

**Que reflexo tem essa realidade nos chamados índices de competitividade internacional?**

Estaria preocupado se a tendência nos diferentes índices fosse de agravamento ou de estabilização. Vejo todos esses índices a melhorar. No mercado laboral, acho que há algumas coisas que ainda podem ser feitas, mas neste momento o nosso

mercado de trabalho não é muito diferente do ponto de vista da sua regulação face a Espanha, Alemanha ou Itália. Não há uma grande diferença.

**A que outros aspectos dá importância um investidor que queira apostar em Portugal?**

Do ponto de vista do investidor há poucas coisas mais importantes do que a estabilidade. O que os assusta é haver sinais de instabilidade, de incumprimento dos pagamentos da dívida, de bloqueios políticos e institucionais. O resto são realidades que podem condicionar mais ou menos a vontade do investidor. ■





Miguel Baltazar



**“[Jorge de Brito Pereira] é um sócio deste escritório que decidiu tomar um caminho diferente, o que é compreensível.”**

**“Lamentamos a saída dos bons, como saudamos a chegada dos bons.”**

## Cerca de 20% da facturação tem origem internacional

Cimentar a renovação da equipa e reforçar a internacionalização da sociedade são duas traves-mestras que Luís Pais Antunes quer manter ao longo do mandato de três anos, que agora inicia, à frente dos destinos da sociedade de advogados PLMJ.

**Já lidou com vários desafios ligados à causa pública, política ou académica. Tem agora uma nova tarefa pela frente, mais ligada à vertente profissional. O que representa este desafio para si?**

Este é um processo que fez o seu caminho. Há cerca de um ano, o escritório pediu-me que elaborasse um relatório de reflexão estratégica sobre os desafios actuais e futuros da sociedade. Conduzi esse processo com um grupo de advogados, sobretudo advogados mais jovens. Parte deles acompanham-me no conselho de administração. Manuel Santos Vítor tinha, e bem, conduzido os destinos do escritório ao longo dos últimos quase sete anos, e também tinha vontade de regressar à advocacia pura e dura, pelo que tudo isto se processou com bastante naturalidade.

**Este novo cargo vai afastá-lo da “advocacia pura e dura”?**

Vai afastar-me, até porque um dos princípios que defendemos no processo de reflexão é o de que uma sociedade de advogados com presença internacional significativa exige, cada vez mais, uma dedicação tendencialmente exclusiva às tarefas de gestão. Há certamente uma ou outra situação que acompanharei, nomeadamente

aqueles clientes a que tenho uma ligação mais forte, mas será à excepção.

**Falou na nova equipa de administração, com advogados mais jovens. Estão a apostar na renovação?**

Os sócios mais jovens são o futuro da sociedade. Diria que é um processo normal da sociedade, que teve uma fase de grande afirmação e de grande crescimento ao longo dos últimos 40 anos assente em nomes incontornáveis da advocacia. Felizmente alguns deles e ainda estão connosco e espero que por muitos anos. De há algum tempo a esta parte temos seguido um processo de renovação, não apenas pelo crescimento interno, também com a contratação de advogados que abraçam o nosso projecto.

**Fizeram muitas contratações?**

No último ano, entre sócios, consultores, associados séniores e jovens advogados, contratámos 23 pessoas, o correspondente a pouco menos de 10% do número total de advogados que temos. Somos cerca de 250. Não estamos a fazer nenhuma revolução, mas uma evolução, que é marcada também pelos desafios que encontramos no dia-a-dia.

**Referiu as contratações, mas também há saídas, como é o caso de Jorge de Brito Pereira, um dos sócios da PLMJ.**

Jorge de Brito Pereira, de quem sou grande amigo e continuarei a ser, achou que era o momento adequado para fazer outras coisas, noutros sítios.

Não é um processo de ruptura, traumático. É um sócio deste escritório que decidiu tomar um caminho diferente, coisa que é perfeitamente compreensível. Lamentamos a saída dos bons, como saudamos a chegada dos bons. É normal nas organizações dinâmicas que entrem e saiam pessoas.

**Pretende continuar a apostar na internacionalização?**

É uma das apostas. Diria que não é a única, mas o reforço do nosso posicionamento internacional é fundamental. Vivemos num mundo cada vez mais multinacional e em que as relações se estabelecem num plano multinacional, para crescer e consolidar é preciso estar em várias partes do globo, até porque grande parte dos nossos clientes, sejam eles nacionais ou não, também eles estão em várias partes do globo.

**Qual é o peso da internacionalização na sociedade?**

Neste momento, sensivelmente 20%, talvez um pouco mais, do nosso “turnover” é da área internacional.

**Quando terminar os três anos de mandato, que legado gostaria de deixar?**

Quando terminar o meu mandato gostava que esta sociedade fosse mais eficiente, mais inovadora, mais coesa, mais internacional e mais rentável. Aqui, por rentabilidade, estou a pôr o foco na sociedade, mas também nos clientes, no sentido de ter uma gestão da relação com os clientes que permita partilhar benefícios. ■

### PERFIL

## Público, privado e muito mais

Nascido em Coimbra a 20 de Agosto de 1957, Luís Pais Antunes consagrou cerca de 50% do seu percurso profissional a o exercício de funções públicas e outro tanto à actividade privada. Já foi deputado, secretário de Estado do Trabalho e desempenhou funções junto da Comissão Europeia. Mas também já foi professor universitário, é advogado e exerce actualmente as funções de presidente - o primeiro - do novo Tribunal Arbitral do Desporto. Tornou-se agora também o líder do conselho de administração da PLMJ, que integra os sócios Ricardo Oliveira, Paulo Farinha Alves, Tomás Pessanha, Nuno da Cunha Barnabé, Rita Alarcão Júdice e Eduardo Nogueira Pinto. Fora tudo isto, sobra-lhe ainda tempo para ser músico. Toca piano e sintetizador e faz parte de uma banda de advogados do seu escritório.



**PAIS ANTUNES**  
“As reformas da justiça, laboral e  
fiscal são ‘never ending stories’”  
LEX 22 e 23

